

M-93-23



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

12.

A IGREJA BRASILEIRA: 1960 - 1964.

Marlê dos Santos Ricardo Júnior



NATAL
1993



MARLÊ DOS SANTOS RICARDO JÚNIOR



A IGREJA BRASILEIRA: 1960 - 1964

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, para a obten-
ção do grau de bacharel em História.

NATAL
1993



SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	01
2 - UMA VISÃO RETROSPECTIVA DA AÇÃO SOCIAL DA IGREJA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DESDE A REVOLUÇÃO DE 1930 ATÉ O FINAL DOS ANOS 50	03
2.1 - A Igreja Católica e a Revolução de 1930	04
2.2 - A Ação Católica	06
2.3 - Os Círculos Operários Católicos	09
2.4 - A JOC (Juventude Operária Católica)	10
2.5 - Relações entre Igreja e Estado entre 1945 e 1960	12
2.6 - O processo de politização dos católicos	13
2.7 - O contexto social e político do governo Kubits chek	15
2.8 - Notas	18
3 - OS ANOS 60: A IGREJA CATÓLICA E OS MOVIMENTOS SO- CIAIS	20
3.1 - A sindicalização rural	21
3.2 - O governo Jânio Quadros: contexto político e social	22
3.3 - A Ação Popular	23
3.4 - O fim do governo de João Goulart	24
3.5 - O "Movimento de Natal"	25
3.6 - O "Movimento de Educação de Base" (MEB)	27
3.7 - Outros movimentos católicos de destaque dos anos 60	28
3.8 - Notas	30
4 - CONCLUSÃO	32
5 - BIBLIOGRAFIA	34
6 - ANEXO	37



INTRODUÇÃO

Este trabalho, cujo tema é "A Igreja brasileira: 1960-1964" tem por objetivo fornecer uma visão global da importância da Igreja Católica na sociedade brasileira como também demonstrar que as relações da instituição eclesiástica com o Estado nem sempre foram homogêneas, pois passaram por fases ora amistosas, ora conflituosas.

Optou-se por dividir esta monografia em duas partes: na primeira objetivou-se mostrar como foram as relações entre Igreja e Estado no período que vai de 1930 até o final dos anos 50; na segunda objetivou-se mostrar a atuação da Igreja na sociedade brasileira nos conturbados anos 60, com suas crises políticas, com a eferescência de movimentos católicos conscientizadores etc.

A Igreja Católica sempre foi uma instituição que possuiu aliados fervorosos, bem como inimigos igualmente fervorosos, dada a grande influência sobre a população brasileira.

No tempo colonial a Igreja encaixou-se no esquema da dominação metropolitana sobre a América, serviu como uma forma de legitimar a dominação portuguesa sobre este pedaço do continente; entretanto isto não foi uma regra geral, pois sabe-se que vários sacerdotes não aprovavam as atrocidades cometidas contra as populações nativas.

No período imperial a Igreja permaneceu dependente do Estado, pela instituição do padroado, não obstante o fato de ela ter uma sustentação; o fato de ser a religião oficial do Estado brasileiro, que lhe garantia um certo prestígio, também tolhia a sua liberdade.

Com o advento da república ocorreu a separação entre Igreja e Estado, o que, de certa forma, deu maior autonomia á Igreja, apesar de ela perder o status de religião oficial; somente com muita luta a Igreja conseguiu recuperar o lugar de destaque na sociedade.



de, que havia perdido com a proclamação da república; a luta pelas "reivindicações católicas" e vitória nesta luta, colocou a Igreja em alta posição junto ao Estado, isto em 1946.

Sendo uma instituição composta por seres humanos, é natural que a Igreja esteja sujeita à dialética inerente ao homem; desta forma, durante todo o desenrolar da existência da instituição, sempre houve conflitos internos, sérios, questões ideológicas entre seus membros, um clero conservador e um clero progressista etc. Entretanto, a Igreja tem conseguido manter sua "unidade na diversidade", aceitando a dialética humana mas mantendo-a sob controle.

No período posterior à revolução de 30 a Igreja apassou a atuar bastante na sociedade brasileira, através de vários movimentos: ação católica, JOC e movimentos análogos etc. Com o golpe militar de 1964, ocorreram sérios abalos nas relações entre Igreja e Estado, pela questão dos presos políticos, pelo desrespeito aos direitos humanos, pela perseguição a padres e por outros fatores; de certa forma a Igreja do Brasil, durante o regime militar, foi a tábua de salvação para muitas pessoas que não tinham como se defender, num período em que os partidos políticos e sindicatos estavam postos na clandestinidade.

Por fim, neste trabalho, será vista a grande importância que teve a Igreja do Rio Grande do Norte no final dos anos 50 e início dos anos 60 no processo de sindicalização rural, no processo de alfabetização, de educação popular, de conscientização do homem do campo. O Rio Grande Norte foi pioneiro em vários movimentos que depois espalharam-se pelo país.

- *Importante*

- 4 - UMA VISÃO RETROSPECTIVA DA AÇÃO SOCIAL DA IGREJA
E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DESDE A REVOLUÇÃO DE
1930 ATÉ O FINAL DOS ANOS 50.

4.1 - A IGREJA CATÓLICA E A REVOLUÇÃO DE 1930

A ação social da Igreja Católica no Brasil sempre se fez sentir, desde a mais remota época; ela sempre teve seus intelectuais militantes, tanto clérigos quanto leigos, tais como Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima (1)

A situação política brasileira na República Velha era bastante conturbada; durante o governo de Washington Luís (1926-1930), que havia sido eleito dentro da "política do café com leite", acentuou-se uma grave crise econômica, influenciada pela "quebra" da bolsa de valores de Nova York (1929); contribuiu também para esta crise o problema da superprodução do café, cujo preço nos mercados internacionais estava muito baixo. As oligarquias regionais passaram a não mais se entender, o que levou à ruptura da política do café com leite.

Washington Luís deveria lançar o nome de um mineiro para a sua sucessão, o que não ocorreu: ele preferiu lançar o nome de Júlio Prestes, outro paulista. Os mineiros não aceitaram que o poder continuasse com o Estado de São Paulo. O governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrade, organizou uma chapa de oposição, apoiando, para o cargo de presidente da república, o governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas, e para vice-presidente, o político paraibano João Pessoa; formava-se, assim, a "Aliança Liberal" - que, na verdade, nada mais era do que a união das oligarquias de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. O programa da Aliança Liberal refletia os interesses das oligarquias regionais, isto é, das oligarquias que não eram ligadas à cafeicultura.

Nas eleições houve muita fraude, e no cômputo geral o candidato governista venceu. Às escondidas, os golpistas planejavam impedir a posse do presidente eleito.

As oligarquias dissidentes aplicaram então um golpe de Estado, afastando, entretanto, a possibilidade de mudanças sociais.

O assassinato de João Pessoa e a "degola" de vários deputados eleitos por Minas Gerais e Paraíba foi o estopim do golpe, desfechado em 3 de outubro de 1930; Getúlio Vargas assumiu o poder.

(2)

Com a vitória do golpe e sua consolidação, a Igreja Católica procurou obter o seu espaço; isto significa dizer que ela tentou recuperar o prestígio e a influência que tinha antes da proclamação da república; vale salientar que a república brasileira, no ato de sua proclamação no golpe de 15 de novembro de 1899, era profundamente anticlerical, influenciada que era pelo Positivismo.

(3)

Com a constituição de 1934, que assinalou o início do período constitucional do governo de Vargas, a Igreja tratou de lutar por suas reivindicações: o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a assistência religiosa nas forças armadas, legislação familiar pautada pelos princípios da instituição eclesiástica, nome de Deus na constituição federal, liberdade sindical; A Igreja conseguiu assegurar tudo isto. (4)

A organização da Liga Eleitoral Católica, que se deu logo após a revolução de 30, deu um novo direcionamento à participação dos católicos na vida pública. Ora havia indiferença, ora havia a tendência à formação de um partido político católico; a Liga surgiu como uma organização fora e acima dos partidos políticos; era, na verdade, um organismo que servia como orientador para os católicos terem um posicionamento claro a respeito da política e dos políticos. Pela orientação do cardeal D. Sebastião Leme, este organismo foi bastante eficiente em incorporar as reivindicações da Igreja à constituição federal. Segundo Alceu Amoroso Lima, secretário da LEC,² o caráter da entidade foi assim exprimido: "Todo o nosso propósito ao elaborar os estatutos da Liga Eleitoral Católica era precisamente, como providencialmente o via o Cardeal Leme, encontrar o meio termo justo entre o Partido e a omissão. A

Liga veio servir, como uma luva, a essa intenção. Era uma instituição suprapartidária. Era aquilo que os americanos chamam de pressure group e que atua na base de um corpo de princípios, cuja aceitação não implica em nenhuma submissão confessional ou partidária. (...). " (5)

A partir deste ponto o que se nota é que o poder estatal passou a se apoiar na força e no prestígio da religião católica; em contrapartida, a Igreja, legitimando o Estado, também saía ganhando.

A participação dos leigos na vida e nas iniciativas da Igreja passou a ser incentivada pelos setores dominantes da instituição, atingindo o seu ápice nos anos 60, nos vários movimentos católicos populares e de cunho conscientizador.

A plena participação dos leigos foi e é muito importante na vida da comunidade cristã, por 2 razões: o número restrito de padres em relação à população e o impedimento dos mesmos participarem ativamente da vida sindical e da sociedade civil; vale salientar que é, hoje, uma diretriz da Santa Sé que os padres e bispos não participem diretamente da vida política, mas podem e devem incentivar e orientar a participação dos leigos na vida política, sindical etc. de acordo com a Doutrina Social da Igreja.

Como parte desse interesse de participar ativamente da sociedade, no sentido de cristianizá-la, a Igreja entrou numa estratégia de ampla mobilização dos leigos através da Ação Católica.

4.2 - A AÇÃO CATÓLICA

A Ação Católica foi criada pelo papa Pio XI, que a definiu como a " participação do laicato no apostolado hierárquico da Igreja." No Brasil este movimento foi implantado em 1934, no Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, desenvolvia-se a imprensa católica, com a fundação de duas grandes editoras: Vozes, dos padres francisca-

nos, e Agir, além de outras. A editora Vozes, sediada em Petrópolis, edita não apenas livros religiosos, mas também uma vasta literatura, englobando política, filosofia e sociologia. Nesse âmbito toda uma geração de teólogos teve espaço para expor suas idéias, as quais estavam sempre ligadas à realidade social não somente nacional mas também internacional.

Com a implantação da Ação Integralista brasileira, organização fascista fundada por Plínio Salgado em 1932, a Igreja se ressentiu de uma grande influência desse movimento; vale salientar o anticomunismo existente nos meios eclesiásticos naquela época, o qual contribuiu grandemente para que parcelas significativas do clero brasileiro passasse a apoiar esse movimento. O Integralismo, além de combater o comunismo, defendia um nacionalismo extremado, um Estado forte, com rígida disciplina e hierarquia, a extinção dos partidos políticos e a posse do poder por um único chefe. O lema dos integralistas era "Deus, Pátria e Família". (6)

Quando o papa Pio XI lançou a encíclica "Quadragesimo Anno" em 1931, a ação social da Igreja passou a se desenvolver em torno da idéia de serviço social, com o objetivo de atingir a "promoção humana". A encíclica "Quadragesimo Anno" fora lançada para comemorar e reafirmar a encíclica "Rerum Novarum" que, em 1931, estava completando 40 anos; as duas encíclicas tratavam especificamente da "questão operária" e da "questão social", questões estas criadas pelo crescimento quantitativo do proletariado industrial urbano no mundo inteiro; ora, no final do século XIX floresciaam as idéias socialistas, comunistas e anarquistas; estas idéias estavam influenciando profundamente o proletariado brasileiro desde o início de nossa industrialização, quando da chegada dos operários italianos com suas idéias anarquistas; A encíclica "Rerum Novarum" objetivava dar uma resposta à "questão social" e à "questão operária" dentro das concepções cristãs, uma vez que nesta época ha-

via uma repulsa mútua entre os católicos e a esquerda; tratava-se portanto de afastar os operários do "comunismo ateu".

Analisando estes documentos papais, vê-se que eles refletiam a preocupação da Igreja frente às condições trágicas nas quais viviam os trabalhadores; entretanto, estes documentos não chegaram a propor uma radical mudança nas estruturas econômicas da sociedade; eles apenas apelavam para que os patrões não explorassem os operários. Não propunham o fim do modo de produção capitalista, mas apenas o seu abrandamento; além disso, reafirmavam a importância da conservação da propriedade privada como algo natural, fruto da desigualdade entre os homens, também considerada natural. (7)

Para Manuel Manrique Castro, "A Igreja propugna o assistencialismo sob a ética da conciliação de classes. Assim, a sua aplicação não se reduz ao simples amor ao próximo ou ao cumprimento da vontade divina. Agora a mensagem cristã está destinada ao cumprimento de uma função política que a Igreja Católica procura desempenhar, acumulando forças segundo as condições de cada conjuntura. A encíclica converte-se em elemento doutrinário que reorienta o seu esquema de atuação frente às classes sociais (...)" (8)

Entretanto, apesar deste aspecto assistencialista, desde os anos 30 começaram a se desenvolver movimentos mais conscientizadores da classe operária: a JOC (Juventude Operária Católica) e os Círculos Operários Católicos. A JOC baseou-se na Ação Católica, adaptando-a aos operários. Seguindo à JOC vieram a JAC (Juventude Agrária), JEC (Estudantil), JIC (Independente) e JUC (Universitária), que se desenvolveram principalmente nos anos 50. (9)

Estes movimentos (os Círculos Operários e a JOC) constituíram um marco, pois foram os primeiros a mobilizar pessoas em prol de um movimento operário organizado a nível nacional. Ora, ambos nasceram quase que ao mesmo tempo, e evoluíram juntos numa história às vezes conflituosa; estes conflitos foram ocasionados pelo

fato de haver várias diferenças entre estes movimentos: enquanto os Círculos tinham uma tendência corporativista, a JOC estava "à sua esquerda", ou seja, defendia uma maior autonomia operária.

4.3 - OS CÍRCULOS OPERÁRIOS CATÓLICOS

Os Círculos Operários Católicos eram movimentos dispersos pelo Brasil desde o início do século, baseados em movimentos semelhantes que ocorriam na França, sob a liderança de Maurice Maig-nen e Alberto de Mum (1871). Ocorreu um grande esforço unificador, sob a liderança do padre Leopoldo Brentano, no Rio Grande do Sul, que, em 1932, lançou as bases do "circulismo", que seria uma forma mais sistemática do movimento trabalhista cristão. O círculo operário cristão, fundado pelo padre Brentano tinha tudo para se expandir: a política colaboracionista da Igreja com o governo im-plantado em 1930, o seu caráter corporativo, bem em conformidade com a política trabalhista getulista, o apoio da alta cúpula ecle-siástica (que se expressou na encíclica Quadragésimo Anno, de Pio XI) e o apoio da classe dominante a este tipo de organização tra-balhista, que era, na verdade, uma barreira levantada contra o crescimento do movimento comunista entre os operários. Os Círculos proliferaram pelo Rio Grande do Sul e logo se espalharam por ou-tros Estados.

No Rio Grande do Norte houve, por intermédio de Dom Jaime de Barros Câmara (primeiro bispo do Estado) a experiência dos cír-culos, em 1936. O auge do movimento circulista foi em 1937, quan-do ocorreu o congresso operário católico nacional. A nível orga-nizacional, a entidade máxima que dirigia o "círculos" do Brasil era a Confederação Nacional dos Operários Católicos. Os círculos começaram a ter problemas a partir do momento em que se acirraram as divergências ideológicas de seus membros e se evidenciaram as diferenças em relação à política trabalhista.

Os círculos operários recrutavam os seus membros sem discriminação de raça, cultura, posses e mantinham-se abertos à participação até de pessoas que não professassem a religião católica. A tática dos círculos era, fundamentalmente, formar cristãos conscientemente habilitados a fim de entrar nos sindicatos e, na medida do possível, conseguir os cargos de direção e decisão, de maneira a ter canais eficientes de difundir o espírito evangélico entre os trabalhadores.

4.4 - A JOC (JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA)



Dentro do ideal católico em busca da realização da idéia de uma ordem social cristã, objetivando estabelecer princípios éticos e morais em uma sociedade tendenciosamente liberal em matéria de religião e laica em sua estrutura sócio-cultural, novamente falamos da Ação Católica: é ela quem incentivou movimentos tais como a A.U.C. (Ação Universitária Católica) e a JOC (juventude Operária Católica).

Desde 1929 um grupo de jovens universitários, no Rio de Janeiro, se reuniu e lançou a Ação Universitária Católica (AUC); os assim chamados aucistas dedicaram-se então a uma grande gama de atividades, que iam da formação teológica e litúrgica de seus membros até diferentes tipos de apostolado. Não é de admirar que estes jovens se voltassem para os problemas sociais, principalmente no Rio de Janeiro, cidade que possuía (e ainda possui) uma imensa população favelada. Assim, desenvolveu-se um intenso trabalho de presença e ação social entre estes favelados. Este movimento espalhou-se por outras capitais, num esforço que tinha como objetivo principal conscientizar os trabalhadores da necessidade de sua promoção, esclarecê-los sobre a possibilidade de melhoria de suas condições e levar-lhes a mensagem cristã; entretanto todo este mo-

vimento universitário acabou se diluindo, uma vez que a Ação Católica iniciara, ou pelo menos incentivara, a promoção dos operários pelos próprios operários, através da JOC.

A Juventude Operária Católica surgiu na Europa, mais precisamente na Bélgica, e desenvolveu-se com rapidez entre 1925 e 1935.

2 No Brasil este movimento surgiu em 1931, e um de seus principais líderes era o então padre Hélder Câmara.

Em seu início, a JOC ainda estava muito vinculada aos modelos de fora e muito ligada à parte espiritual em detrimento da militância política e social; na verdade o que se buscava de início era a evangelização, de modo que os operários fossem esclarecidos em matéria religiosa.

A parte reivindicatória propriamente dita era relegada a segundo plano.

O ano de 1948, com a realização da semana jocista, em São Paulo, representou uma reviravolta que aos poucos levou a JOC a tornar-se um movimento predominantemente reivindicatório; a partir de então, houve o empenho na busca da conscientização e promoção do trabalhador e da conquista de melhores condições de vida e de trabalho para o mesmo, bem como do questionamento da própria sociedade. Entretanto, não havia propriamente uma estratégia de ação política em prol da libertação do proletariado. (10)

As relações entre Igreja e Estado no período compreendido entre os anos de 1939 a 1945, período da segunda guerra mundial, foram as mais estreitas possíveis; já vimos que o corporativismo estatal implantado na estrutura sindical refletiu-se nos círculos operários e vimos também como tanto a Igreja quanto o Estado estavam impregnados de um anticomunismo fortíssimo. No período da guerra, o Estado recebeu o apoio formal nos "compromissos patrióticos" por parte do episcopado brasileiro; entretanto o apoio aos "aliados" criou alguns desentendimentos entre os próprios ca-

tólicos, pois era bastante significativa a presença de padres e religiosos alemães e italianos no Brasil, além de ainda existirem integralistas católicos simpatizantes do Eixo.

Com o fim do Estado Novo, terminou um período do absolutismo totalitarismo; em síntese, pode-se dizer que as relações Igreja/Estado foram amistosas; a Igreja nada fez em defesa dos perseguidos pela ditadura getulista nem via com maus olhos o regime totalitário. O levante comunista de 1935, que foi esmagado impiedosamente pelo governo, serviu como uma bandeira usada pelo Estado para legitimar sua dominação.

De certa forma os quinze anos de getulismo foram bastante favoráveis à Igreja Católica, que, de certa maneira, conseguiu o que almejava desde 1889, isto é, um lugar de projeção na sociedade brasileira.

A partir de 1950 esta visão de "aliança implícita" entre Igreja e Estado passou a ser questionada e reformulada, principalmente a partir do concílio Vaticano II. (11)

4.5 - RELAÇÕES ENTRE IGREJA E ESTADO ENTRE 1945 E 1960

Em 1945, com o fim da segunda guerra mundial, o mundo respirou aliviado pelo afastamento do perigo fascista; o liberalismo político e econômico tendeu a firmar-se em quase todos os países do mundo, exceto nos países socialistas; É justamente o período posterior à guerra que marcou o apogeu do comunismo no mundo, com as grandes conquistas sociais e econômicas que o socialismo realizou, notadamente na União Soviética, sob o regime stalinista; frente a tal conjuntura internacional, procurou a Igreja tirar proveito desta conjuntura;

O Brasil, que na guerra esteve sempre aliado ao bloco

ocidental, após o término do conflito continuou alinhado com este mesmo bloco, principalmente com os Estados Unidos da América; ora, os Estados Unidos tiraram bastante proveito daquela guerra, lucraram imensamente com ela, desenvolvendo o seu parque industrial; vários países caíram sob sua dependência, principalmente os países latinoamericanos, entre os quais, naturalmente, o Brasil.

O fato realmente significativo do fim do confronto é a desmoralização dos regimes políticos totalitários, fato este que refletiu-se em nosso país. O Brasil tinha o seu governo totalitário, na figura de Getúlio Vargas e seu aparato repressor, o DIP e a polícia política de Filinto Miller; Houve na verdade uma grande pressão externa e interna pela redemocratização do Brasil; os combatentes que voltavam para o Brasil depois de terem lutado pela destruição dos regimes totalitários de direita, quando aqui chegaram, encontraram um regime que não ficava atrás do fascismo europeu em matéria de desrespeito aos direitos humanos.

A retirada do cenário político nacional do caudilho, retirada não definitiva, pôs em jogo as forças políticas brasileiras.

A Igreja ficou então "de olhos abertos" frente ao novo cenário político, mais liberal; se a Igreja entre 30 e 45, de certa forma lucrou com sua aliança não declarada com o Estado, por outro lado perdeu bastante com esta aliança, pelo fato de não ter uma feição verdadeiramente popular, livre do corporativismo getulista que se refletiu em seus movimentos.

Os fatos políticos marcantes dessa época foram as eleições para a Assembléia Constituinte e a elaboração da Constituição de 1946.

4.6 - O PROCESSO DE POLITIZAÇÃO DOS CATÓLICOS

Em face da fermentação e movimentação políticas, e para

9 "não perder o trem da história", a cúpula eclesiástica brasileira lançou um Manifesto em nome do episcopado brasileiro (1945), transmitindo uma mensagem eminentemente política; isto constituiu um marco importante, dando início ao costume de o episcopado opinar sobre os problemas brasileiros. (12)

A politização e conscientização dos católicos vai aumentando e tornando-se fenômeno comum e de amplas conseqüências.

Durante o governo Kubitschek o relacionamento entre Estado e Igreja foi bastante positivo; o Estado, neste momento, no ritmo do desenvolvimentismo, queria a colaboração de todas as instituições em propostas comuns a ambas as partes.

Com a criação do CELAM (Conselho Episcopal Latinoamericano) a instituição eclesiástica voltou-se mais para os problemas do continente, e este fato teve reflexos no Brasil, onde passou a ocorrer uma intensa preocupação com os problemas sociais; isto levou os católicos jovens, universitários, à intensa militância política e até revolucionária, desencadeando atritos com a cúpula eclesiástica, por causa da aproximação com o pensamento marxista. (13)

A "Questão Social" brasileira, no período pós-45 assumiu contornos novos: a Igreja e os militantes católicos passaram a se preocupar cada vez mais com a questão agrária; não era mais apenas o operário urbano o objeto do interesse dos movimentos populares leigos, mas também o camponês. Esta preocupação foi uma constante nos anos 60, e levou, muitas vezes, padres e sindicalistas à morte, por haverem contrariado fortes interesses econômicos e lutado pela reforma agrária.

A Igreja ora aplaudia, ora questionava, ora dividia-se internamente em posições ideológicas divergentes frente às medidas governamentais relacionadas com a questão agrária.

4.7 - O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DO GOVERNO KUBITSCHKE

Nas eleições presidenciais de 1956 ganhou a coligação PSD /PTB, com Juscelino Kubitschek/João Goulart, derrotando Juarez Távora, apoiado pela UDN, e Ademar de Barros, representando o Partido Social Progressista (PSP). Os candidatos vitoriosos contaram com o apoio do PCB, e representavam a manutenção do populismo. Nos bastidores a UDN e os militares tramavam um golpe. (14)

Entretanto vale salientar que nem todo o conjunto dos militares era favorável ao golpe. Assim, formou-se o Movimento Militar Constitucionalista, sob a liderança dos generais Odílio Denys e Teixeira Lott, que defendeu a posse de Juscelino, em 31 de janeiro de 1956, apesar das manobras do pessedista Carlos Luz. Portanto, estava em pleno funcionamento a aliança PSD/PTB idealizada por Vargas, que articulava as ditas "oligarquias rurais" com o trabalhismo das grandes cidades, onde os petebistas se apresentavam como os grandes porta-vozes dos sindicatos e das massas urbanas.

Kubitschek assumiu a presidência, oportunidade em que fez um discurso nacionalista homogeneizador, mas também ressaltando seus compromissos com os trabalhadores. Durante o seu governo o presidente transformou o desenvolvimento da nação no seu objetivo supremo. Não questionava que os benefícios desse desenvolvimento corriam o risco de serem distribuídos de forma arbitrária e que o desenvolvimento não se dá de forma uniforme. Criou-se um clima de verdadeiro ufanismo desenvolvimentista, sob o lema "cinquenta anos em cinco", que foi, inclusive, incorporado pelas esquerdas. (15)

Formulou-se o Plano de Metas, que objetivava promover a industrialização, que seria, por assim dizer, a base material para manter-se o pacto populista. Ocorreu então a abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro, além de um grande aumento da oferta de empregos na indústria de base, ao mesmo tempo em que au-

aumentava a intervenção estatal na economia. Deste modo, o Brasil integrava-se estreitamente aos desígnios do capitalismo monopolista internacional e os trabalhadores conseguiam, principalmente nos primeiros anos do governo Kubtschek, uma certa elevação salarial; entretanto o seu poder aquisitivo foi sendo corroído aos poucos pela inflação, ocorrendo então um grande crescimento do número de greves entre 1956 e 1960.

O movimento operário passava por reformulações, pois questionava-se o peleguismo que existia no movimento sindical e questionava-se o próprio modelo econômico vigente no país. Em 1958 realizou-se a I Conferência Nacional dos Sindicatos, e isto indicava o fortalecimento do movimento operário. No Estado de São Paulo ocorreram greves que mobilizaram mais de quatrocentos mil trabalhadores.

A estrutura do PCB sofreu sérios abalos quando foi realizado o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em Moscou, quando vieram à tona, por meio de Krushev, os crimes cometidos por Stálim; No Brasil, o dogmatismo político do PCB foi atingido, surgindo a Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, corrente liderada por Agildo Barata, e o Movimento Renovador Sindical, formado por católicos de esquerda, socialistas, líderes sindicais dissidentes, que chocava-se abertamente com o PCB e questionava, também abertamente, a legislação sindical, principalmente a parte relativa ao imposto sindical. (16)

Na prática, e apesar dos esforços governamentais, a política econômica do governo Kubtschek não conseguiu melhorar a situação social do país. O salário mínimo perdia cada vez mais o seu valor, e isto favoreceu os protestos dos trabalhadores. Em 1958 o FMI (Fundo Monetário Internacional) pressionou o governo brasileiro para que o mesmo adotasse uma política econômica austera e de arrocho salarial; Juscelino então rompeu com as diretrizes do ór-

gão, e passou a apostar no crescimento econômico como a melhor forma de desenvolver o país, apesar da persistente inflação, terminando seu governo em meio a um clima de grande instabilidade política.

Em meio a toda a movimentação política dos anos 50, a atuação da Igreja nesta conjuntura deu-se sempre naquele clima conciliador, "centrista", procurando afastar-se o máximo possível da esquerda; não é necessário dizer que a instituição eclesiástica colaborou ativamente com o governo desenvolvimentista de Juscelino Kubtschek; sabe-se que esta colaboração ocorreu, mas ocorreu também uma intensa cobrança do episcopado brasileiro em prol de causas sociais; vale salientar aqui a luta em prol de uma maior assistência à região nordeste; esta luta resultou em uma substancial colaboração com o governo na implantação de medidas que viessem amenizar a situação das populações atingidas pelas secas, e em planos de desenvolvimento para a região; todo este esforço levou à criação da SUDENE. (17)

2.8 - NOTAS

- (1) ARNS, Paulo Evaristo. O Que é Igreja. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 130.
- (2) ALENCAR, Francisco et al. História da Sociedade Brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1985. p. 236.
- (3) BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. tomo III, volume IV, livro II, capítulo VI. São Paulo, DIFEL; 1986. p. 284.
- (4) ARNS, Paulo Evaristo. *ibid.* p. 131.
- (5) BEOZZO, José Oscar. *ibid.* p. 304.
- (6) ALENCAR, Francisco et al. *ibid.* p. 243.
- (7) CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social na América Latina. São Paulo, Cortez, 2. ed., 1987. p. 62.
- (8) *id.* *ibid.* p. 55.
- (9) ARNS, Paulo Evaristo. *ibid.* p. 131.
- (10) LUSTOSA, Oscar F.. A Igreja Católica no Brasil República. São Paulo, Edições Paulinas, 1991, p. 137.
- (11) *id.* *ibid.* p. 78.
- (12) *id.* *ibid.* p. 61.
- (13) BEOZZO, José Oscar. Cristãos na Universidade e na política: História da JUC e da Ação Popular. Petrópolis, Vozes, p. 95.

- (14) REZENDE, Antônio Paulo. História do Movimento Operário no Brasil. São Paulo, Ática, 1986. p. 56.
- (15) id. *ibid.* p. 57.
- (16) id. *ibid.* p. 58.
- (17) ARNS, Paulo Evaristo. *ibid.* p. 132.



2 - OS ANOS 60: A IGREJA CATÓLICA E OS MOVIMENTOS
SOCIAIS

2.1- A SINDICALIZAÇÃO RURAL

No começo da década de 60 deu-se início ao processo de sindicalização dos trabalhadores no campo; a instituição eclesiástica incentivava um sindicalismo conservador, se compararmos este sindicalismo como o de esquerda; vale salientar que existia uma "esquerda católica", a qual era representada por uma parcela do clero; existiam também as Ligas Camponesas de Francisco Julião, e os sindicatos orientados pelo PCB. As Ligas Camponesas tiveram início em 1955, no engenho Galiléia, em Pernambuco; objetivavam lutar pela reforma agrária. A primeira Liga chamava-se Sociedade Agrícola e Pecuária dos Trabalhadores de Pernambuco; as Ligas eram divulgadas por violeiros, cantadores etc de modo que sua mensagem pudesse ser compreendida pelo povo. Como já foi dito, um de seus líderes era o advogado e deputado socialista Francisco Julião; Em Pernambuco, as Ligas eram incentivadas pelo governador Miguel Arraes, eleito em 1962 por uma coligação de petebistas, socialistas e comunistas. Em 1961 o movimento camponês adquiriu caráter nacional, com a realização do I Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas; em 1962 era aprovado o Estatuto do trabalhador Rural, que levaria muitas ligas a se transformarem em ativos sindicatos rurais. (1)

É interessante observar a importância do Estado de Pernambuco, tradicionalmente revolucionário; foi em Pernambuco que ocorreu a eleição de Miguel Arraes, um dos poucos governadores de esquerda que a federação brasileira já possuiu até os dias de hoje. Foi também em Pernambuco que surgiram as ligas, que seriam, por assim dizer, o início do processo revolucionário no campo. Por fim, foi em Pernambuco que surgiu uma pessoa como Paulo Freire, com seu revolucionário método de alfabetização, de conteúdo conscientizador. Vale salientar que tanto Francisco Julião quanto Paulo Frei-

re eram socialistas cristãos.

O sindicalismo rural católico rivalizou com os sindicatos de esquerda. O SAR (Serviço de Assistência Rural) ; o SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco), as Legiões Agrárias (Petrolina - PE) etc intensificaram os trabalhos de recrutamento maço dos agricultores.

Apesar de os militantes católicos contestarem o "status quo", o relacionamento da cúpula eclesiástica com o Estado permanecia cordial.

§.2 - O GOVERNO JÂNIO QUADROS: CONTEXTO POLÍTICO E SOCIAL

Jânio Quadros, que sempre desprezou as grandes siglas partidárias, candidatou-se à presidência da república pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), contando com um grande apoio dos conservadores e da UDN. Sua campanha, populista e de direita, teve grande repercussão; venceu as eleições com 48 % dos votos contra apenas 28 % do seu principal concorrente, o general Lott. (2)

Em setembro de 1960 realizou-se o V Congresso do PCB, que colocou entre uma de suas resoluções a libertação do imperialismo, a reforma agrária, as liberdades democráticas. Defendia também um movimento nacionalista, uma frente única, acreditando ingenuamente numa aliança tática com a "burguesia nacionalista". A lógica do PCB era "incentivar o desenvolvimento do capitalismo para assegurar o advento do socialismo" (3)

Logo no início de sua administração, Jânio deixou a esquerda perplexa: falava em austeridade, lei antitruste, apoiava a revolução cubana, criticava o "imperialismo yanque". Entretanto esta sua ambigüidade ideológica não durou muito, pois em 25 de agosto de 1961, com apenas sete meses de governo, ele renunciou à presidência da república, deixando todo o país pasmado.

Instaurou-se uma grave crise: as forças conservadoras não aceitavam a posse do vice-presidente João Goulart, criando-se então um clima de verdadeira guerra civil; por fim, adotou-se a medida emergencial de adoção do parlamentarismo, assumindo Goulart em 7 de setembro (de setembro de 1961 com idéias progressistas; entretanto, era considerado um "populista de esquerda"; o Estado populista vivia seus momentos finais. (4)

Novamente a direita articulava um golpe de Estado, depois que Jango retomou os poderes que lhe haviam sido suprimidos. Desenvolveu-se uma avassaladora campanha anticomunista, com o apoio norte-americano; entretanto, a esquerda nutria esperança de chegar efetivamente ao poder, pelo aumento do movimento popular na cidade e no campo. Começaram a multiplicar-se os grupos esquerda, reformistas ou revolucionários; além disso aumentou bastante a força de grupos ligados à Igreja e a UNE. Em 1961 surgiu a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM-POLOP); Em 1962, o Partido Comunista do Brasil (PC do B), e, em 1963, a Ação Popular. (5)

3.3 - A AÇÃO POPULAR

A Ação Popular compunha-se de quadros vindos da JUC; não obstante era um movimento desprovido de qualquer ligação com a instituição eclesial, pelo fato de estes ex-jocistas terem sido quase que banidos dos quadros do movimento social católico, devido à sua "guinada à esquerda". (6)

A Ação Popular possuía uma grande influência junto ao movimento estudantil e junto ao movimento dos trabalhadores rurais. Em fevereiro de 1963 o movimento lançou o seu "documento-base", propondo uma nova forma de socialismo, criticando inclusive as experiências do "socialismo real" e o excessivo estatismo dos países

socialistas. Propunha "uma política de preparação revolucionária, consistindo numa mobilização do povo, na base do desenvolvimento de seus níveis de consciência e organização, firmando esta mobilização numa luta contra a dupla dominação capitalista (internacional e nacional) e feudal". Além disso propunha "a tarefa de elaborar com o povo, na base da contribuição deste, a nova sociedade". (7)

Vê-se a que ponto chegou o nível de politização dos católicos.

3.4 - O FIM DO GOVERNO DE JOÃO GOULART

Frente às pressões do movimento popular pelas chamadas reformas de base, Jango resolveu aderir definitivamente a este movimento. Vale salientar que as reformas de base, que, como já foi dito, constituíram uma bandeira de luta dos movimentos populares, ~~também~~ estavam também na "ordem do dia" dos movimentos sociais católicos; os dirigentes da Igreja no Brasil, não obstante o seu distanciamento da esquerda, também apelavam, em seus pronunciamentos, pelas reformas: reforma agrária, eleitoral, universitária etc.

Não é necessário dizer que os setores mais conservadores da sociedade brasileira colocaram-se contra as ditas reformas; camadas do chamado clero conservador organizaram as "marchas da família com Deus pela liberdade"; estas marchas refretiam o temor da classe média ao comunismo.

O último ano do governo de Jango foi muito conturbado, estourando greves operárias, agitação entre os militares, enquanto o presidente lutava pelas reformas. As forças da direita articuladas no exército e apoiadas pelo governo norte-americano deram então um golpe de força, um golpe de Estado, desmoronando o Estado populista, em 1º de abril de 1964. (8)

Tinha início, então, o regime militar brasileiro. Durante todo o período dos governos de exceção foi marcante a atuação

da Igreja em defesa dos direitos humanos, da defesa dos perseguidos pelo regime,

2.5 - O MOVIMENTO DE NATAL

O chamado "Movimento de Natal" foi uma demonstração surpreendente da força da ação social dos católicos nos anos 60. Este movimento surgiu como uma resposta regional aos problemas dos camponeses do nordeste, especificamente o homem do campo do Estado do Rio Grande do Norte. A problemática da seca já era uma preocupação constante da Igreja potiguar. Em 1954 foi escolhido o nome do Dom Eugênio de Araújo Sales para o cargo de bispo auxiliar de Natal ; logo que ele foi nomeado, deu-se o início de uma grande campanha de ajuda aos flagelados pela seca, de forma abrangente. O movimento procurou exercer uma ação conjunta de evangelização e de serviço social; propunha uma evangelização propriamente dita, com catequização, doutrinação católica etc além de promover uma ação social de envergadura: movimento de educação de base (MEB), através de escolas radiofônicas de ensino médio, sindicalização, atezanato, cooperativismo, treinamento de líderes, maternidades, centros sociais, clubes agrícolas etc. Crescia o empenho, a organização, e o potencial do movimento à medida que se evidenciava a situação crítica das populações desprotegidas..

As obras sociais desenvolvidas aqui em Natal iam desde a implantação de uma rede de posto de assistência à saúde, e escolas, até o processo de sindicalização rural, com o SAR (Serviço de Assistência Rural), criado em 1949, que cobria vastas regiões do sertão norte rio grandense. As já mencionadas escolas radiofônicas tornaram-se, por assim dizer, os pontos-chaves de toda a ação social católica. A Escola de Serviço Social, fundada em 1945, e o Centro de Treinamento de Líderes foram os grandes formadores de re-

cursos humanos, que tinham as habilidades técnicas necessárias para desenvolver satisfatoriamente os programas e propósitos do movimento.

A maior realização do movimento de Natal foi dar ao homem do campo a consciência de que ele poderia e deveria realizar algo para melhorar sua vida, através do trabalho cooperativo; estas realizações concretizaram-se apesar de este movimento ser claramente anticomunista, e não se identificar totalmente com o MEB.

Vale salientar que o movimento de Natal não se desviou, em nenhum momento, da doutrina social da Igreja, e, como já foi dito, nunca aproximou-se verdadeiramente da esquerda. O movimento de Natal, na verdade, entrou em conflito com as velhas oligarquias, pois tinha um caráter "modernizante", dentro dos parâmetros do pensamento desenvolvimentista de D. Eugênio Sales; Ora, D. Eugênio, curiosamente, condenava como "capitalismo" a velha ordem oligárquica e, em contrapartida, era chamado de "comunista" por alguns coronéis e outros setores conservadores. (9)

Todo o programa de ação social do movimento serviu de exemplo e de precedente para outros movimentos eclesiais mais avançados. Combatido pelos conservadores como um movimento perigoso e até comunista e ao mesmo tempo visto pela esquerda como uma organização reacionária, o movimento de Natal atuou no Nordeste como um farol para iluminar a confusa e conturbada situação social e política brasileira, como um movimento que até poderia tornar-se mais ousado politicamente; entretanto, com o golpe de Estado de 1º de abril de 1964 ele estancou-se definitivamente. (10)

A questão central dos movimentos sociais católicos era encontrar a "terceira via", ou seja, desenvolver ações sociais sem comprometer a Igreja nem com a esquerda nem com a direita; entretanto isto sempre foi muito difícil para a Igreja, pois nesta época havia uma terrível radicalização política e ideológica na so-

cidade e na política brasileira. A questão do desenvolvimento brasileiro, expressa na doutrina do desenvolvimentismo, parecia ser a "terceira via" almejada pela Igreja. Esta doutrina foi formulada por Celso Furtado, famoso economista brasileiro, que era ministro do governo de João Goulart e responsável pelo famoso plano trienal. O desenvolvimentismo encontrou, em setores progressistas do episcopado brasileiro, fortes aliados, ao mesmo tempo em que transformou esses religiosos em alvo dos ataques das camadas conservadoras.

(11)

3.6 - O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE (MEB) .

Um outro movimento católico importante no início dos anos 60 foi o MEB (Movimento de Educação de Base); este movimento foi fruto de um acordo entre a CNBB e o Ministério da Educação. O MEB foi um importante meio de conscientização da massa camponesa. (12)

O MEB teve início com os vários movimentos de alfabetização via rádio, iniciados em Natal (1958) e Aracaju; este movimento tomou como parâmetro movimentos análogos que existiam na Colômbia. O MEB marcou bastante a ação social católica no período compreendido entre 1961 e 1964 dentro do agitado processo social da vida brasileira da época. Como já foi dito, o MEB, nascido oficialmente de um convênio entre a CNBB e o Governo de Jânio Quadros, organizou-se e atuou com bastante eficácia em muitas dioceses no Nordeste, Norte e Centro-Oeste do Brasil. Seus membros vinham da Ação Católica (especialmente da JUC), formando instrutores, monitores, animadores populares, que cumpriram com eficácia a tarefa de educar conscientizando as pessoas da necessidade de que o país passasse por reformas sociais. O movimento atingiu proporções fantásticas: em 1961 havia 2687 escolas radiofônicas; em março de 1964 eram 6218, atingindo, entre 1961 e 1965, cerca de 380000 alunos.

(13)

As escolas radiofônicas

Os seus objetivos educacionais incluíam, além da alfabetização propriamente dita, a conscientização e a politização, entre outras coisas. O MEB foi montado e conduzido de forma heterogênea em cada diocese, apesar dos esforços unificadores da direção nacional do movimento. Tornou-se um movimento reformista e conscientizador, como já foi dito acima, não obstante a discordância da cúpula eclesiástica; tornou-se uma ideologia "revolucionária", se neste sentido puder-se entender as lutas pelas reformas estruturais da sociedade brasileira, as reformas de base. Isto criou sérias tensões e conflitos dentro da Igreja, assim como nas relações entre a CNBB e o governo federal. (14)

Os conflitos entre Igreja e Estado durante o regime militar foram freqüentes. Isto ocorreu porque, estando o movimento sindical amordaçado, a Igreja assumiu a dianteira das lutas sociais, desempenhando o papel de protetora dos perseguidos pela ditadura militar. (15)

3.7 - OUTROS MOVIMENTOS CATÓLICOS DE DESTAQUE NOS ANOS 60

A JUC, a partir de 1960, passou cada vez mais a agir no campo da militância política e social, procurando mudar as estruturas da sociedade à luz do Evangelho. Todo jucista considerava-se um agente transformador da história. Viam-se jucistas na política estudantil, nos movimentos rurais, lutando pelas reformas de base etc. Com isso criou-se um sério embaraço para os dirigentes da Igreja, que não acompanhavam o "ardor juvenil" dos universitários. Assim, ocorreu a formação da Ação Popular (AP), movimento já descrito na página 23 deste trabalho. A AP proporcionou um campo de ação mais livre para os militantes da JUC. Outras entidades como a ACO (Ação Católica Operária) e a JOC engajaram-se também cada vez mais no mundo operário. Outros movimentos, por fim, completam o grandioso

quadro da luta social católica no Brasil; movimentos menores, procurando a "terceira via", como o movimento "Mundo Melhor" e o movimento FASE. A FASE (Federação de órgãos para a assistência social e educacional) era um programa de promoção humana, atendendo, ainda hoje, às camadas marginalizadas da sociedade; todos estes movimentos enfrentaram a dura repressão do regime militar implantado no Brasil em 1964, pelo fato de terem o desejo sincero de lutar por reformas em uma sociedade onde predominava (e ainda predomina) um "capitalismo selvagem", com milhões de pessoas vivendo na miséria, no maior país católico do mundo. (16)

3.8 - NOTAS

- (1) ALENCAR, Francisco et al. História da Sociedade Brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1985. p. 302.
- (2) id. ibd. p. 296.
- (3) REZENDE, Antônio Paulo. História do Movimento Operário no Brasil. São Paulo, Ática, 1986. p. 60.
- (4) id. ibid. p. 60
- (5) REIS FILHO, D. Aarão & SÁ, Jair F. de. orgs. Imagens da Revolução. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985 , p. 31.
- (6) PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira et al. Igreja Católica: 1945-1970. In: HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA. tomo III, volume IV, livro II, capítulo VII. 2. ed. São Paulo, DIFEL, 1986. p. 368.
- (7) REIS FILHO, D. Aarão & SÁ, Jair F. de. orgs. ibid. p. 45.
- (8) DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe (1961-1965). Vozes, Petrópolis, 1981, p. 362.
- (9) CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja e Desenvolvimento. São Paulo, Edições CEBRAP , 1971 , p. 97.
- (10) id. ibid. p. 72.
- (11) id. ibid. p. 103.

- (12) WANDERLEY, Luiz Eduardo. Educar para Transformar: Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis, Vozes, 1984. p. 70.
- (13) id. ibid. p. 59.
- (14) id. ibid. p. 327.
- (15) ARNS, Paulo Evaristo. O Que é Igreja. São Paulo, Brasiliense, 1985. p. 135.
- (16) LUSTOSA, Oscar F. A Igreja Católica no Brasil República. São Paulo, Edições Paulinas, 1991. p. 164.

4 - CONCLUSÃO

Ao fim deste trabalho, no qual pôde-se ver com clareza as diversas etapas da história da Igreja brasileira no período posterior à revolução de 30, chega-se à conclusão de que as relações da Igreja com o Estado e a sociedade brasileira foram sempre muito heterogêneas, oscilando conforme a situação política do país.

Chega-se à conclusão de que, durante as décadas de 30 e 40 a Igreja, com sua aliança implícita com o Estado populista, teve meios de tornar realidade as suas reivindicações; posteriormente, durante o governo de Juscelino, a Igreja desenvolveu atividades conjuntas com o governo, naquela onda de desenvolvimentismo pela qual passava o país. No período do governo de João Goulart, período de confusão política, a Igreja dividiu-se em alas favoráveis às reformas de base, e em alas conservadoras. Durante o regime militar, as relações Igreja-Estado foram tensas, e em alguns momentos o conflito entre ambos foi aberto.

De tudo isto conclui-se que, historicamente, o procedimento da Igreja tem sido a contemporalização, a reivindicação de reformas para o país, sem a necessidade de promover uma revolução; a Igreja sempre procurou uma "terceira via", que fosse uma opção preferível ao capitalismo e ao socialismo. Suas relações com o Estado geralmente foram amistosas, não obstante alguns períodos de tensão.

A postura estratégica dos dirigentes da instituição. No Brasil, portanto, sempre se fez sentir no sentido de converter os poderosos para que eles pusessem em prática os princípios da cristianismo.

Uma crítica que sempre foi feita à Igreja é a de que ela sempre esteve aliada aos poderosos; reagindo a esta crítica, setores do catolicismo nacional engajaram-se em vários movimentos popu-

-lares. Por causa deste engajamento estes setores sofreram uma dura repressão durante o regime militar; nos anos 70 muitos padres foram assassinados ao apoiarem a luta pela reforma agrária.

Nos últimos anos têm-se notado uma certa divisão dos católicos; existem grupos de católicos reunidos em movimentos mais voltados para o pentecostalismo, tendência que vem crescendo nos últimos anos, com o apoio do papa; existem, por outro lado, católicos que primam por movimentos sociais populares, inspirados na teologia da libertação. Isto, ultimamente, tem levantado a questão: não terá a Igreja adquirido duas linguagens diferentes e dificilmente conciliáveis? Felizmente também tem sido notado um amadurecimento do diálogo entre os vários setores da Igreja.

A conferência de Puebla, realizada em 1979, definiu claramente a opção preferencial da Igreja latino-americana pelos pobres, e isto constitui uma prioridade da Igreja brasileira; a conferência de Santo Domingo, realizada recentemente por ocasião dos quinhentos anos da evangelização da América, aponta os rumos da Igreja para o futuro: uma evangelização que respeite a cultura dos povos e que aponte esperanças para os pobres, esperanças estas baseadas no conteúdo libertador da mensagem do Cristo.

5 - BIBLIOGRAFIA

- 1 - AGOSTINI, Nilo. Nova Evangelização e Opção comunitária. Petrópolis, Vozes, 1990.
- 2 - ALÊNCAR, Francisco et al. História da Sociedade Brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1985.
- 3 - ARNS, Paulo Evaristo. Brasil: Nunca Mais. São Paulo, Vozes.
- 4 - _____. O Que é Igreja. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- 5 - BASBAUN, Leôncio. História Sincera da República: (1930/1960). São Paulo, Edaglit, 1962.
- 6 - _____. História Sincera da República: (1960/1967). São Paulo, Alfa-Ômega, 1977.
- 7 - BEOZZO, José Oscar. Cristãos na Universidade e na política: História da JUC e da Ação Popular. Petrópolis, Vozes.
- 8 - BETTO, Frei. catecismo Popular. São Paulo, Ática, 1992.
- 9 - _____. O Que é Comunidade Eclesial de Base. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- 10 - BRUNAEU, Thomas. O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição. São Paulo, Loyola, 1974.
- 11 - CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de. Igreja e Desenvolvimento. São Paulo, Edições CEBRAP, 1971.
- 12 - CASTRO, Manuel Manrique. História do Serviço Social

na América Latina, 2. ed. São Paulo, Cortez, 1987.

- 13 - DREIFUSS, René Armand. 1964: A Conquista do Estado - Ação Política, Poder e Golpe de Classe - (1961 - 1965). Vozes, Petrópolis, 1981.
- 14 - FAUSTO, Bóris. org. História Geral da Civilização Brasileira. 2. ed. São Paulo, DIFEL, 1986.
- 15 - FLORIDI, Ulisses Sléssio. O Radicalismo Católico Brasileiro: Para onde vai o catolicismo progressista no Brasil. São Paulo, Hora Presente, 1973.
- 16 - IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. 5. ed. São Paulo, Cortez/CELATS, 1986.
- 17 - LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil Contemporâneo. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1987.
- 18 - LUSTOSA, Oscar F.. A Igreja Católica no Brasil Republicana. São Paulo, Paulinas, 1991.
- 19 - _____. Catequese Católica no Brasil: para uma história da evangelização. São Paulo, Paulinas, 1982.
- 20 - MACEDO, Carmem Cinira. Imagem do Eterno. São Paulo, Moderna.
- OK 21 - MAINWARING, Scott. A Igreja Católica no Brasil (1916 - 1985). São Paulo, Brasiliense, 1989.
- OK 22 - MOREIRA ALVES, Márcio. A Igreja e a Política no Brasil. Brasiliense, 1979.
- 23 - OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Religião e Dominação de Classe. São Paulo, Vozes.

- 24 - REIS FILHO, D. Aarão & SÁ, Jair F. de. orgs. Imagens da Revolução. Rio do Janeiro, Marco Zero , 1985.
- 25 - REZENDE, Antônio Paulo. História do Movimento Operário no Brasil. São Paulo, Ática, 1986.
- 26 - SOUZA LIMA, Luiz Gonzaga de. Evolução Política dos Católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação. Petrópolis, Vozes, 1979.
- 27 - SKDIMORE, Tomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- 28 - WANDERLEY, Luiz Eduardo. Educar para Transformar: educação popular, Igreja católica e política no movimento de educação de base. Petrópolis, Vozes, 1984.

6 - ANEXO

Entrevista com o casal Salinésio de Oliveira Santos e Elza Maria Santana de Oliveira, realizada no dia onze de julho, em sua residência,

- Os Srs. participaram de quais movimentos católicos, e em qual período?

Eu (Elza) participei da JOC, entre 1960 e 1961. Nós, (Elza e Salinésio) participamos do MEB no começo dos anos 70.

- Como foi a participação da senhora na JOC?

Eu participei ativamente da JOC. A JOC era um instrumento para conquistar a classe trabalhadora para Cristo; realizávamos um trabalho de conscientização do jovem trabalhador, conscientização do seu papel como cristão, do seu papel social, político e humano; na época eu era secundarista, tinha 15 anos. Eu trabalhava em uma fábrica, uma indústria têxtil em João Pessoa; portanto, minha militância na JOC deu-se na Paraíba. Eu já era jocista antes de trabalhar, começávamos cedo no movimento, eu comecei com 12 anos. Éramos chamados "iniciantes"; isso era normal, pois o movimento era de jovens, adolescentes. O meu trabalho específico era de evangelização e conscientização. A JOC era aprovada pela Igreja. Os "assistentes", (dirigentes) eram os padres. As posições mais avançadas não eram acompanhadas por todos os padres, pois sabemos que sempre houve uma ala mais conservadora. Evangelizávamos dentro das fábricas; os trabalhadores eram perseguidos pelos proprietários das fábricas, isto é, eram demitidos por causa do processo de conscientização. Eu própria fui demitida por causa disso. Nós dizíamos que os trabalhadores cristãos não deveriam deixar-se manipular. Tínhamos aqueles objetivos, fazíamos reuniões, discutíamos vários aspectos da vida dos operários, do seu trabalho etc. As reuniões eram realizadas nos intervalos do trabalho. Nossas reflexões sobre a sociedade partiam do Evangelho. Existiam bolétins, periódicos

cos que circulavam entre nós, a nível nacional: "Unidas", da JOC-F, (JOC feminina) e "Construir", da JOC masculina.

- Como era o relacionamento dos jocistas com os partidos políticos?

O relacionamento dos jocistas com os partidos políticos, com as correntes políticas, era no sentido de cristianizar, de evangelizar.

- Como surgiu a JOC, e como era o seu relacionamento com os outros movimentos católicos?

A JOC, no Brasil, inspirou-se na JOC da Bélgica, onde surgiu o movimento. Vale salientar que a JOC não foi totalmente extinta com o golpe militar. A JAC, JEC, etc surgiram após a JOC, nasceram à sua luz.

A JUC às vezes não se entendia bem com a JOC, pois havia uma diferença cultural entre os militantes de ambos os movimentos; enquanto os universitários tinham uma leitura mais teórica, nós nos apegávamos mais à prática, pois conhecíamos melhor a prática, o dia a dia dos trabalhadores; nós agíamos como "fermento na massa". Entretanto, isto não era uma regra geral, ou seja, normalmente nos relacionávamos bem com a JUC. Inclusiva a JUC nos assessorava em muitos assuntos; A JAC também nos assessorava, quando discutíamos a questão agrária.

+ Antes de falar do MEB, eu gostaria que *OS SRS. FALASSEM* como era a educação em Natal naquela época (anos 60).

Naquela época a educação superior era um privilégio dos mais abastados. As escolas públicas eram consideradas as melhores escolas; aqui em Natal as melhores eram o Instituto Padre Miguelinho, o Ateneu e a Escola Técnica de Comércio. O curso secundário era muito valorizado; quem tivesse feito um curso de contabilidade era um profissional respeitado, um contador. Hoje, vemos que o curso secundário não tem mais o mesmo valor que tinha. Naquela época não ha-

via Universidade no Rio Grande do Norte; as faculdades que existiam eram: Faculdade de Educação, que funcionava onde hoje é o C.E.S. (Centro de Estudos Supletivos) é cujo fundador era o então monsenhor Alair Vilar; Escola de Serviço Social, que funcionava onde hoje é a câmara municipal, fundada por D. Nivaldo Monte; Faculdade de Jornalismo, que funcionava onde hoje é a fundação José Augusto, fundada por Aluizio Alves; faculdade de Direito, que funcionava onde hoje é a secretaria de segurança pública, na Ribeira.

- O que foi o MEB? *Como foi a experiência dos SRS. Neste movimento?*

O MEB era uma experiência de universitários e secundaristas, para alfabetizar e evangelizar. D. Eugênio Sales foi à Colômbia, lá viu a experiência de monsenhor Salcedo, e a trouxe para cá. O MEB começou em 1961. Este padre da colômbia tinha uma estação de rádio, e por meio dela transmitia missas, ensinava, dava cursos etc. Em 1958 fundou-se aqui a emissora de educação rural, a qual nós chamamos de rádio rural. Foi implantado o sistema de "rádio cativo", que era um aparelho de rádio que só recebia a frequência da nossa emissora; estes aparelhos, fabricados pela Philips, sob encomenda, eram distribuídos às comunidades, aos municípios. No MEB nós trabalhamos na emissora. Ela irradiava aulas, programas de alfabetização, cursos de jardinagem, cursos de sindicalismo, de saúde, de cooperativismo etc. Treinavam-se os monitores, que acompanhavam as aulas pelo rádio e, em seguida, desenvolviam atividades pedagógicas com os alunos, acompanhados do material, que consistia em apostilas que eram preparadas para esta finalidade. Estes monitores, universitários ou secundaristas, iam para o interior e lá desenvolviam suas atividades.

Neste ínterim ocorre a sindicalização católica, que começou pela iniciativa de D. Eugênio; partia-se do princípio de que, onde houvesse um sindicato católico, ali não penetraria a liga cam-

ponesa de Francisco Julião. D. Eugênio tinha uma postura muito mais avançada, naquela época, do que tem hoje; um exemplo disto ocorreu quando estava sendo construída a catedral; a construção era feita no mesmo lugar em que hoje se encontra a catedral, entretanto não era esta construção, era outra construção, em outro estilo arquitetônico; já haviam sido erigidas várias colunas, grandes colunas; mas, como as populações sertanejas estavam passando por uma grande seca, por uma grande fome, ele não só mandou suspender a obra, como mandou demoli-la, alegando que aquilo não tinha razão de ser; ele disse que antes de erigir uma igreja-templo, seria necessário cuidar da igreja humana, já que os homens são a igreja de Cristo.

- Que método da alfabetização era usado?

Usávamos o método de Paulo Freire, o único que existia. O próprio MOERAL, que veio combater o MEB, imitava o MEB neste aspecto, mas com a intenção de alienar.

Começávamos com a evangelização, depois conscientização, educação libertadora. Partíamos da premissa de que o homem não seria livre se fosse analfabeto; entretanto, não adiantaria de nada aprender a ler sem conhecer o Evangelho e sua dimensão libertadora; mas de nada serviria para a sua vida uma coisa ou outra se ele continuasse a ser explorado. Em síntese, o processo de evangelização é um processo de libertação e conscientização; não é possível separar uma coisa da outra. Por causa disso ocorreram conflitos entre padres e monitores contra os fazendeiros. Criaram-se situações complicadas, nas quais o padre era sustentado pelo dono da terra e, ao mesmo tempo, o contrariava. Com o MEB os agricultores tomavam consciência de que eram explorados pelo proprietário; então a situação do padre ficava muito complicada. Ele tinha que escolher de que lado ficaria. Para as camadas dirigentes da Igreja, era mais fácil ficar do lado do proprietário. Entretanto D. Eugênio incentivava abertamente o movimento. Neste aspecto o Rio Grande do Norte era um

exemplo para todo o Brasil.

- Qual foi a influência da teologia da libertação sobre o MEB?

A teologia da libertação influenciou muito na evangelização e educação formal, mas quando surgiu, o MEB já estava muito avançado. Depois do concílio Vaticano II, coloca-se em prática as decisões conciliares, que propunham uma Igreja mais próxima do povo. Via-se que, tanto na Europa quanto na América Latina era grande a dificuldade de falar de Deus para as pessoas; por quê? por que na Europa as pessoas já viviam "no paraíso", tinham um padrão de vida muito bom, e assim achavam esta vida tão boa que não tinham preocupações com a outra vida; na América Latina ocorria o seguinte: como falar de um Deus distante, de vida eterna etc a pessoas que viviam em uma situação de penúria tão grande, "no inferno"? Assim, a teologia teve que se adaptar à situação do povo. Deste modo, na Europa tinha-se uma "teologia da esperança", que dizia que esta vida não é tudo etc. Na América Latina surgiu então a teologia da libertação, que, em síntese, dizia que Deus está no meio do povo, e que Deus caminha com o povo nas suas lutas, nos seus sofrimentos etc. As primeiras comunidades eclesiais de base surgiram no Rio Grande do Norte.

- Com o advento do golpe militar, o que aconteceu com os movimentos católicos?

Com a revolução, todos os movimentos foram perseguidos, tudo passou a ser "subversivo"; uma vez a polícia federal invadiu a emissora e cortou o nosso programa; nós não podíamos nem pronunciar o nome de D. Élder; quando nos referíamos a ele dizíamos "o arcebispo de Olinda e Recife etc". O MEB não acabou imediatamente, ele foi acabando aos poucos, por falta de apoio do governo, por falta de verbas; os monitores não tinham mais dinheiros para viajar etc. Com o advento do MOBREAL, os MEB's foram se enfraquecendo e encerrando su-

as atividades.

- Qual era a área de abrangência da emissora?

A emissora de educação rural atingia a região do agreste, num total de 29 municípios. Vale salientar que cada diocese tinha o seu MEB; assim, havia um MEB na diocese de Natal, um na diocese de Mossoró e um na diocese de Caicó, cada um com sua emissora de rádio.

- Que avaliação pode ser feita sobre o MEB?

O MEB, que surgiu na esteira do acordo MEC-USAID, em 1961, foi um movimento muito positivo, muito produtivo, criou quadros, criou espaços para muitas pessoas.

